



VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) – Comunicação de Líder: Sra. Presidente, colegas vereadores, eu queria saudar o Ver. Luciano Marcantônio, que retorna a esta Casa, que sempre participou das questões democráticas e dos interesses da cidade. Seja bem-vindo. Queria saudar todos os namorados e namoradas pelo dia de hoje; que esse dia seja comemorado nos 365 dias do ano, saudar em especial as minhas duas namoradas: minha esposa Daiana e minha filha Linda Anis, que hoje queria presente do dia dos namorados. Vê

se pode uma coisa dessas!

Vamos falar do que temos que falar. O Ver. Felipe Camozzato acabou de fazer um discurso inflamado aqui, forte, da interferência que foi feita juridicamente por um grupo de vereadores na questão do sistema do transporte. Interferência justa! Eu mesmo entrei com ação na justiça quanto a essa questão, porque o sistema de transporte que está sendo falado não foi votado aqui nesta Casa. O transporte é um decreto, é o Executivo que decide. Quem fez uma base de campanha dizendo que iria manter a segunda passagem... É uma exigência, se o senhor não sabe, da população, porque as pessoas moram na Zona Norte e arrumam um emprego na intermediação da Zona Leste, Ver. Cláudio. Mora lá no Sarandi e arruma um emprego na Protásio Alves, e precisa de dois ônibus para se locomover e precisa desse tempo de 30 minutos. Então isso não vai ter aumento nenhum, até porque perderam os 50% da segunda passagem e outras vantagens, ganharam as empresas de transporte de Porto Alegre e em nem um centavo foi diminuída a passagem; pelo contrário, aumentou a passagem de ônibus em Porto Alegre. Esses empresários só querem botar o lucro no bolso e não se lembram que existe uma concessão pública. Mas o que mais me chamou atenção foi o Ver. Camozzato alegar que os vereadores entraram na justiça, como se o vereador nunca tivesse usado esse expediente para projetos de leis aprovados aqui nesta Casa, como o projeto dos aplicativos, por exemplo, que o vereador não ficou contente, não achou que as suas emendas não fossem aprovadas e entrou na justiça, e até hoje não consegue regulamentar. O Executivo não consegue regulamentar porque o vereador, por duas vezes, entrou na justiça na questão dos aplicativos. É um direito do cidadão e ainda mais do legislador procurar a justiça. É um direito, quando acha que o Executivo ou que a maioria desta Casa não fez o que é necessário. É um direito, como é um direito das

peças quer um sistema de transporte público mais eficiente, um sistema de transporte público que preencha as necessidades. Agora, nenhuma vez – e isso eu tive o prazer de falar cara a cara para o Prefeito de Porto Alegre – que essas empresas ganharam algum incentivo retirando das pessoas, baixaram a passagem, e não vão baixar. Ano após ano, chega o mês de janeiro começa a choradeira das empresas de transporte tendo prejuízo, mas nenhuma delas entrega as suas malhas, nenhuma delas entrega as suas rodas, mas que raio de prejuízo é esse? A senhora e o senhor que estão nos ouvindo, o senhor que tem o seu armazém, a sua fruteira, a sua farmácia, a sua lojinha lá no bairro, e ela não está dando lucro, ela só dá prejuízo, pergunto: o senhor vai ficar com ela por muito tempo arriscando o patrimônio da família? Não vai! Não vai! Então os empresários choram, choram, choram e quando tem uma licitação, eles vão lá e disputam. Sabem que teriam que colocar ar-condicionado em todo o sistema de transporte, sabem que teriam que automatizar o sistema de transporte, agora, não previram a questão dos aplicativos, que dificulta e vai dificultar cada vez mais. Cada vez que aumenta a passagem de ônibus, diminui os passageiros no sistema de transporte de Porto Alegre, que vem ficando precário, que vem ficando ineficiente e que ainda tiraram o direito de as pessoas que usam a segunda passagem, pessoas que trabalham e produzem na cidade de Porto Alegre, ter o direito da segunda passagem pagando 50% dela. Tiraram no ano passado e não diminuíram a passagem.

Então, eu acho que, em hipótese nenhuma, a justiça tomou uma decisão nefasta junto com os membros que entraram na justiça. Eu acho que a decisão técnica que o senhor fala da Carris é para sanar a empresa, não para discutir o preço da passagem e o sistema de transporte num todo, até porque não é só a Carris que atua com a segunda passagem, todo sistema de transporte de Porto Alegre atua na segunda passagem.

Reafirmo aqui, V. Exa. – me vem na memória as duas leis do aplicativo aprovadas nesta Casa – exerceu o seu direito de entrar na justiça – não estou questionando, em hipótese nenhuma, o seu direito, é direito seu como é direito meu de qualquer um dos membros desta Casa e de qualquer cidadão de Porto Alegre. Agora, não é a implementação novamente da segunda passagem que vai encarecer ou piorar o sistema de transporte de Porto Alegre, são as próprias empresas que não estão fazendo a lição de casa e não querem discutir o sistema de transporte num todo, incluindo lotação, aplicativos, o náutico, tudo que precisa ser incluído. Muito obrigado, Sra. Presidente. (Texto sem revisão final.)